

ATA
(08/08/2013)

Ao oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezoito horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a Reunião Ordinária com a presença dos seguintes conselheiros: Auri Pavoni, Tarcisio Notari, Anderson Beluzzo, Juliana Z. Buerger, Marcelo Freitas, Luiz Maraschin, Ademir C. Dickmann, João O. Koeddermann, Edilson de O. Ferreira, Valdir de Andrade, Enio Faqueti, Claudinéia da C. Wolff, Ivo Buzarello, Sheila S. Skonetzky, Pedro Paulo K. Nunes, Paulo S. Dornelles, Moacir S. Júnior, Carlos J. Haacke Júnior, Marlon Olsen, Gilmar P. Capelari, Sérgio T. Moraes e Carlos A. Dos Santos. O presidente Auri Pavoni, agradece a presença de todos e inicia a reunião com leitura da Ata do dia 04/07/13. Após leitura, colocada em votação. Que foi aprovada por todos os presentes. O Sr. Auri faz distribuição dos processos conforme regimento interno Art. 29, com a seguinte distribuição: Processo nº 26804/12 de 19/11/12 – **MOTEL CAZAQUISTÃO** para o conselheiro Ivo, Processo nº 10375/13 de 08/05/13 - **ED. MANHATTAN** para o conselheiro Marcelo e Processo nº 17379/13 de 24/07/2013 – **SOCIEDADE AVANTIS** para a conselheira Claudinéia. O Sr. Auri faz explanação referente a proposição do Conselheiro João Olindino em reunião do dia 06/06/13, que além da requalificação urbana o Solo Criado possa ser usado para aquisição de Equipamentos que visem melhorar a segurança, não só nos bairros, como também no centro da cidade. Que foi devidamente aprovado, porém o texto não satisfaz a contabilidade, devendo ter a seguinte redação: Autoriza a utilização dos recursos provenientes do Solo Criado para custear as despesas do sistema de monitoramento por imagens. Colocada em votação. Que é provada por unanimidade. Sr. Auri faz leitura do Ofício 1057/13 da Câmara de Vereadores, em resposta ao primeiro questionamento o conselheiro Valdir de Andrade diz que não precisa de autorização e na condição de conselheiro tem direito a entrar com Mandado de Segurança por entender que é inconstitucional e entrará com outro requerimento contra a obrigatoriedade de se fazer as reuniões na Câmara de Vereadores, pois o município gasta mais de vinte mil reais para manter a Casa dos Conselhos, que tem toda uma infraestrutura e suporte técnico. Quanto ao segundo questionamento se os conselheiros estavam cientes ou não, os conselheiros não se pronunciaram. Passando a palavra para o conselheiro Enio Faqueti, onde explica que o projeto PRAÇA DO CIDADÃO vem sendo desenvolvido desde 2009. O projeto intitulado Praça do Cidadão foi apresentado ao Conselho da Cidade em junho de 2010. Na ocasião o projeto já havia sido recomendado ao Prefeito, por sua vez, o Prefeito ao analisá-lo sugeriu algumas modificações, o que foi atendido e novamente apresentado ao Conselho da Cidade e ratificado mais uma vez. A partir desse momento explica o conselheiro que fez uma série de apresentações por toda a cidade, novamente ao Prefeito que sugeriu que fosse tomada todas as providências para que se coloque em prática o mais rápido possível. Também foi apresentado na Câmara de Vereadores, OAB, ACIBALC, Associação dos Corretores de Imóveis e ao Ministério Público. No ciclo de apresentações foram colhidas contribuições que enriqueceram o projeto. O conselheiro disse ainda que o projeto também teve ampla divulgação em toda a imprensa. O Projeto PRAÇA DO CIDADÃO, consiste na remoção do morro da família Caseca localizado na Avenida dos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

Estados esquina com a Rua Aqueduto, para resolver alguns problemas crônicos em nossa cidade. Primeiro, temos um problema de paisagismo, um morro despencando na entrada da cidade que precisava ser recuperado. Segundo a cidade tem naquele local um problema de fluxo viário e em terceiro lugar o município tem várias secretarias espalhadas por toda a cidade. Ao retirar o morro, a nossa cidade ganha um terreno de aproximadamente 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados) no centro da cidade, o que poderia resolver os problemas aqui relacionados. Por recomendação desse conselho o Prefeito fez um projeto de lei que foi aprovado em dezembro de 2010 que alterou o plano direto para permitir que esse projeto fosse possível e evitasse a especulação sobre ele. O Projeto Praça do Cidadão tem por objetivo construir um edifício para concentrar toda a administração municipal, um edifício corporativo, um hotel, e uma praça com mais ou menos 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), atraindo para esse complexo os cartórios de registros, tabelionatos e todo tipo de serviços a fins. Dessa forma resolvendo os problemas de espaço administrativo, de trânsito e de paisagismo, otimizando espaços residuais na cidade e ampliando a oferta de espaços públicos qualificados em nossa cidade. Após apresentação os conselheiros Sérgio, Claudinéia, João, Ivo, Gilmar, Moacir, Carlos Haacke são unânimes em dizer que o projeto é maravilhoso que haverá um marco na história de Balneário Camboriú com este grandioso projeto. O presidente Auri propõe moção ao Prefeito, dizendo que o conselho concorda, aprova e apoia o projeto acima mencionado. Colocada em votação. Que é aprovada por unanimidade. Aberto o "tema livre" o conselheiro Ivo, explanou da sua preocupação em relação ao processo de desapropriação do terreno onde está inserida a UNIVALI, HMRC, dentre outros prédios públicos e privados, que segundo informações da imprensa a referida ação está em fase final e pode comprometer totalmente as finanças do município, bem como na sua visão a UNIVALI não cumpriu diversas obrigações que assumiu quando da assinatura do convênio com o município. Após a sua explanação solicitou ao senhor presidente que o conselheiro Marcelo Freitas – procurador do município – falasse sobre o tema. O conselheiro Marcelo disse que designará um procurador para que elabore um estudo detalhado sobre convênio firmado com a UNIVALI. Em relação ao processo de desapropriação disse que o referido processo efetivamente está em fase final e que o valor pode atingir mais de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões) sendo que o processo deve ter um desfecho até o final do ano, virando assim precatório. Explicou também que com a declaração de inconstitucionalidade da emenda constitucional 62, decidida no início do ano pelo STF, que previa o parcelamento dos precatórios em até 15 (quinze) anos, os entes públicos devem pagar suas dívidas judiciais no ano seguinte da expedição do precatório e em parcela única, o que pode levar o município a insolvência e comprometer totalmente os serviços públicos prestados a população. Disse também que existem outras dívidas do município derivadas de desapropriações não pagas, e que em 2014 o município terá que pagar mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) em precatórios oriundos de desapropriações. A conselheira Claudinéia externou a sua preocupação sobre o assunto, e solicitou que o município encontre maneiras para solucionar essas dívidas, especialmente o caso da UNIVALI. O presidente Auri, após fala da conselheira sugeriu que sua explanação fosse utilizada como base para uma moção a ser encaminhada ao Prefeito – que foi aprovada pelos presentes – a moção indica a administração municipal para que busque soluções para equalizar esse passivo, identificando os casos que eventualmente as áreas possam ser devolvidas aos proprietários – caso das alças que perderam o sentido –

" BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO "



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE**

e em especial ao caso da desapropriação do terreno da UNIVALI, ante a vultuosidade dos valores devidos e suas consequências, caso vire precatório, tente encontrar caminhos junto aos proprietários de área, no sentido de tentar viabilizar um acordo, seja com permuta de outros imóveis do município, eventual devolução de áreas, parcelamento dos valores, dentre outras soluções que possam ser encontradas. O presidente Auri encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos conselheiros e surtam os efeitos legais.